

Superior Tribunal de Justiça

**EDv nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.511.613 - SC
(2015/0014236-9)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : EDNARA DE OLIVEIRA MARTINS BRAGA E SILVA
ADVOGADO : GIOVANI ORTOLAN - PR040552
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. IMPORTAÇÃO DE VEÍCULO POR PESSOA FÍSICA PARA USO PRÓPRIO. IPI. INCIDÊNCIA. MODIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIXADO NO ART. 695 EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PARADIGMA: ERESP 1.396.488/SC. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INDEFERIDOS. ART. 266-C DO RISTJ.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de divergência manejados por EDNARA DE OLIVEIRA MARTINS BRAGA E SILVA em face de acórdão da Primeira Turma desta Corte resumido da seguinte forma:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPI. IMPORTAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PESSOA FÍSICA. USO PRÓPRIO. INCIDÊNCIA.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no exame do REsp n. 1.396.488/SC, sob a sistemática do recurso repetitivo (art. 543-C do CPC), definiu a tese de que "é firme o entendimento no sentido de que não incide IPI sobre veículo importado para uso próprio, tendo em vista que o fato gerador do referido tributo é a operação de natureza mercantil ou assemelhada e, ainda, por aplicação do princípio da não cumulatividade" (Dje 17/03/2015).

2. O STF, por sua vez, em (03/02/2016), decidiu, no RE n. 723.651/RS, em sede de repercussão geral, que "incide o imposto de produtos industrializados na importação de veículo automotor por pessoa natural, ainda que não desempenhe atividade empresarial e o faça para uso próprio". Em Questão de Ordem não foi alcançado o *quorum* para a modulação dos efeitos da referida decisão.

3. Em observância ao caráter vinculante da decisão proferida pelo Pretório Excelso, deve ser aplicado o novo entendimento proferido por aquela Corte.

4. Agravo interno desprovido.

A embargante alega divergência notória com o entendimento fixado pela Primeira Seção do STJ no REsp 1.396.488/SC, na sistemática dos recursos especiais repetitivos, art. 543-C, do CPC/1973, ocasião onde foi afastada a incidência de IPI na importação de veículo por pessoa física para uso próprio, sob pena de ofensa ao princípio da não cumulatividade previsto no art. 49 do CTN, bem como na Constituição Federal.

Requer o acolhimentos dos embargos de divergência para fazer prevalecer o supracitado paradigma.

O presente feito foi sobrestado para aguardar o julgamento do ERESP 1.396.488.

É o relatório que basta na hipótese. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

A irresignação não merece acolhida.

É que a Primeira Seção desta Corte, na assentada de 25.9.2019, nos autos do EREsp 1.396.488/SC, modificou o entendimento fixado no tema 695, na forma do art. 543-C do CPC/1973, para se alinhar ao STF na tese relativa à incidência de IPI na importação de veículo por pessoa física para uso próprio, eis que a referida cobrança não viola o princípio da não cumulatividade nem configura bitributação.

Confira-se a ementa do julgado:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA FINS DE REVISÃO DO TEMA N. 695/STJ. INCIDÊNCIA DO IPI SOBRE VEÍCULO IMPORTADO PARA USO PRÓPRIO. TESE FIXADA EM REPERCUSSÃO GERAL. TEMA N. 643/STF.

I - Diante dos princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia, faz-se necessária a modificação da tese adotada no julgamento do presente recurso, julgado sob o rito dos recursos especiais repetitivos, Tema n. 695/STJ, consagrado na não incidência de IPI sobre a importação de veículo por pessoa física para uso próprio.

II - A tese fixada passa a ser a seguinte: Incide IPI sobre veículo importado para uso próprio, haja vista que tal cobrança não viola o princípio da não cumulatividade nem configura bitributação.

III - Recurso especial improvido. Tema n. 695 modificado nos termos da tese acima. (EREsp 1.396.488/SC, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Seção, julgado em 25.9.2019)

Dessa forma, tendo ocorrido a modificação do entendimento fixado no tema 695 em recurso especial repetitivo, não há divergência jurisprudencial atual a justificar o cabimento dos embargos de divergência.

Ante o exposto, com fulcro no art. 266-C, do RISTJ, INDEFIRO os presentes embargos de divergência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator